

Fluxo de caixa

Fluxo de *caixa* o que a auditoria examina na DFC

A classificação entre operacional, investimento e financiamento decide a leitura do caixa. Veja o que a auditoria examina na DFC sob o CPC 03.

NORMA BASE

CPC 03 / IAS 7

PÚBLICO

Controladoria, tesouraria e comitê de auditoria

EDIÇÃO

Setembro 2026

DATA

Agosto de 2026

O lucro é uma opinião, o caixa é um fato, mas a demonstração que organiza esse fato também depende de escolhas. Sob o CPC 03, equivalente ao IAS 7, a Demonstração dos Fluxos de Caixa separa as movimentações em três atividades: operacional, de investimento e de financiamento. Onde cada entrada e cada saída é classificada muda a leitura da capacidade de a empresa gerar caixa pela própria operação, e é exatamente aí, sob juros altos e crédito seletivo, que a auditoria concentra a atenção.

Fluxo de caixa

Resumo

01 O CPC 03 (IAS 7) exige classificar os fluxos de

O CPC 03 (IAS 7) exige classificar os fluxos de caixa em três atividades, operacional, de investimento e de financiamento, e é essa divisão, mais do que o total, que informa o leitor sobre a qualidade do caixa gerado.

02 A classificação de itens de fronteira, como juro

A classificação de itens de fronteira, como juros pagos, juros recebidos e dividendos, admite alternativas dentro da norma, mas exige consistência de um período para o outro, e a mudança de critério sem justificativa é um sinal de alerta.

03 O caixa e equivalentes de caixa têm definição re

O caixa e equivalentes de caixa têm definição restrita, aplicação de curtíssimo prazo e risco insignificante de mudança de valor, e alargar essa definição para incluir aplicações de maior prazo distorce a posição de liquidez.

04 Sob juros altos, deslocar uma saída do fluxo ope

Sob juros altos, deslocar uma saída do fluxo operacional para o de financiamento, ou o contrário, altera a percepção de geração de caixa sem que a empresa tenha mudado, o que faz da classificação um ponto de julgamento sensível.

P	A
Operacional	Caixa gerado pela atividade principal que produz receita
Investimento	Aquisição e venda de ativos de longo prazo e de participações
Financiamento	Captação e amortização de dívida e movimentações com sócios

As três atividades do CPC 03/IAS 7 e onde a classificação decide a leitura do caixa.

Classificação

Por que a classificação importa mais do que o total

O total de variação de caixa de um período é um número só, e diz pouco sozinho. O que informa o leitor é a composição. Uma empresa que gera caixa forte na atividade operacional e usa esse caixa para investir e amortizar dívida conta uma história diferente da empresa que só fecha o período positivo porque tomou empréstimo ou vendeu ativo. As duas podem terminar o ano com a mesma variação de caixa, e a diferença entre elas está inteira na classificação por atividade.

É por isso que a auditoria não trata a DFC como um anexo mecânico das outras demonstrações. A demonstração precisa amarrar com o balanço e com o resultado, e as variações das contas patrimoniais precisam explicar as linhas do fluxo. Quando a variação de uma conta do balanço não bate com o que a DFC registra, ou existe um erro de montagem, ou existe uma reclassificação que precisa ser entendida. O procedimento começa por essa conciliação de completude e integridade, e só depois avança para o julgamento sobre a atividade em que cada fluxo foi alocado.

Auditoria

Os itens de fronteira que decidem a leitura

Alguns fluxos não têm classificação única na norma, e é neles que a escolha da administração aparece. Os juros pagos podem ser apresentados como operacionais ou como de financiamento. Os juros recebidos e os dividendos recebidos podem ser operacionais ou de investimento. Os dividendos pagos podem ser operacionais ou de financiamento. A norma admite mais de um caminho, mas exige que a entidade adote uma política e a mantenha de forma consistente ao longo do tempo.

O ponto de auditoria não é qual alternativa foi escolhida, e sim se a escolha é estável e se está divulgada. Deslocar os juros pagos do fluxo de financiamento para o operacional em um ano de juros altos reduz a geração operacional aparente, e o inverso a infla. Quando o critério muda de um exercício para o outro, a comparabilidade se perde, e a mudança precisa de justificativa e de reapresentação do comparativo. Uma alteração silenciosa de classificação em um item de fronteira, no ano em que ela mais afeta a leitura, é o tipo de escolha que o auditor investiga em vez de aceitar.

Fluxo de caixa

Caixa e equivalentes: uma definição estreita

A base de toda a demonstração é o que se considera caixa e equivalentes de caixa. A definição é restrita de propósito. Equivalentes de caixa são aplicações de curtíssimo prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a risco insignificante de mudança de valor. Uma aplicação com prazo relevante, ou cujo valor oscila com o mercado, não cabe nessa definição, por mais líquida que pareça.

Alargar a definição de equivalentes de caixa é uma forma sutil de melhorar a posição de liquidez divulgada. Se uma aplicação de maior prazo ou de maior risco entra na linha de caixa, a empresa parece ter mais liquidez imediata do que tem, e a movimentação dessa aplicação some do fluxo de investimento. A auditoria testa a aderência de cada item classificado como equivalente à definição da norma, porque essa fronteira decide tanto o saldo quanto a estrutura do fluxo.

P	A
Juros pagos	Operacional ou financiamento
Juros e dividendos recebidos	Operacional ou investimento
Dividendos pagos	Operacional ou financiamento
Risco sacado e confirming	Depende da substância do passivo

Itens de fronteira em que a classificação da DFC exige política consistente e divulgação.

Classificação

Estruturas que financiam a operação sem parecer dívida

O ponto mais delicado da DFC hoje é a substância de arranjos que financiam a operação sem se apresentar como financiamento. O financiamento a fornecedores, também chamado de risco sacado ou confirming, é o exemplo mais comum. Quando um banco entra entre a empresa e seus fornecedores para antecipar pagamentos, e o prazo se estende muito além do usual do setor, o passivo passa a ter natureza financeira, ainda que continue rotulado como conta a pagar comercial. Se esse passivo permanece na operação, a saída correspondente também fica no fluxo operacional, e a geração operacional aparece maior do que é, enquanto a alavancagem real fica escondida.

A auditoria examina esses arranjos pela substância, e não pelo rótulo. Prazo muito acima do padrão do setor, custo financeiro embutido, garantias e a presença de um financiador no lugar do fornecedor original são indícios de que o passivo migrou de comercial para financeiro. A consequência na DFC é direta: um passivo financeiro implica fluxo de financiamento, e manter a movimentação no operacional distorce a demonstração inteira. É o mesmo julgamento de substância que sustenta o método indireto, em que a geração operacional parte do resultado e é ajustada por itens que não são caixa e por variações de capital de giro, cada uma delas precisando refletir a natureza real da conta que a originou.

Auditoria

Como a MERC pode ajudar

A DFC é a demonstração que os credores e os investidores leem primeiro quando o custo do dinheiro sobe, porque é onde a capacidade real de honrar compromissos aparece. A auditoria independente da MERC examina a demonstração dos fluxos de caixa pela conciliação com o balanço e o resultado, pela consistência da política de classificação dos itens de fronteira, pela aderência dos equivalentes de caixa à definição da norma e pela substância dos arranjos que financiam a operação. Como firma especializada no mercado financeiro, a MERC conhece as estruturas em que a fronteira entre operação e financiamento é justamente onde a leitura do caixa se decide.

Para discutir a auditoria das suas demonstrações e da sua DFC, fale com a MERC.

Fluxo de caixa

Perguntas frequentes

PRÓXIMO PASSO

Do requisito ao *teste* que o sustenta.

A MERC é firma de auditoria independente registrada na CVM, especializada em mercado financeiro. Estruturamos o trabalho do diagnóstico a evidência: leitura do requisito, desenho dos testes, trilha de auditoria e o relatório que sustenta a conclusão. Fale com a equipe pelo canal de contato.

SITE	www.mercgroup.com.br
CONTEÚDO	www.mercgroup.com.br/insights
E-MAIL	contato@mercgroup.com.br
TELEFONE	+55 11 98196 1447

Material técnico de apoio da MERC Group. Conteúdo de caráter informativo, sem constituir oferta de serviços a entidades para as quais a independência seja vedada. Exemplos genéricos, sem referência a instituição específica.